

## Entrevista

# Por um campo mais diverso e por avaliações plurais: Uma entrevista com Edgilson Tavares, Walquíria Tibúrcio, Marcia Braz e Cássio França

Towards a more diverse field and towards plural evaluations:  
An interview with Edgilson Tavares, Walquíria Tibúrcio,  
Marcia Braz and Cássio França

Rogério Renato Silva<sup>1\*</sup> 

<sup>1</sup>Pacto Organizações Regenerativas, São Paulo, SP, Brasil

**COMO CITAR:** Silva, Rogério Renato (2026). Por um campo mais diverso e por avaliações plurais: Uma entrevista com Edgilson Tavares, Walquíria Tibúrcio, Marcia Braz e Cássio França. *Revista Brasileira de Avaliação*, 15(1), e151826. <https://doi.org/10.4322/rbaval.202600632026>

## Resumo

A entrevista discute o desafio de construir um campo da avaliação mais diverso, plural e comprometido com a transformação social. O problema central é a persistência de hierarquias raciais, epistêmicas, institucionais e metodológicas que definem quem avalia, quais saberes são legitimados e quais vozes permanecem excluídas. O argumento principal sustenta que a diversidade deve ser assumida como princípio político, técnico, formativo e editorial, articulando posicionalidade, reflexividade, equidade racial, formação crítica e enfrentamento do epistemicídio. A contribuição ao campo está em afirmar que avaliações plurais dependem tanto da ampliação de métodos e referências quanto da transformação concreta das equipes, conselhos, autorias e espaços de decisão. A entrevista reúne intervenções de quatro integrantes do conselho editorial da revista, mediadas em formato de painel, e adota um percurso dialógico, baseado nas trajetórias dos participantes e na sistematização temática de suas contribuições.

**Palavras-chave:** Avaliação. Diversidade. Equidade racial. Epistemologia. Formação.

## Abstract

This interview discusses the challenge of building a more diverse, plural and socially committed evaluation field. Its central problem is the persistence of racial, epistemic, institutional and methodological hierarchies that define who evaluates, which forms of knowledge are legitimised and which voices remain excluded. The main argument is that diversity must be understood as a political, technical, educational and editorial principle, connecting positionality, reflexivity, racial equity, critical training and the confrontation of epistemicide. The contribution to the field lies in affirming that plural evaluations require not only broader methods and references, but also concrete changes in evaluation teams, editorial boards, authorship and decision-making spaces. The interview brings together contributions from four members of the journal's editorial board, mediated as a panel discussion, and follows a dialogical path grounded in the participants' trajectories and in the thematic systematisation of their reflections.

**Keywords:** Evaluation. Diversity. Racial equity. Epistemology. Training.

Rogério Renato Silva, branco, Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, Psicanalista pelo Centro de Estudos de Psicanálise de São Paulo, membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Avaliação, Sócio da PACTO Organizações Regenerativas.

**Recebido:** Junho 10, 2026  
**Aceito:** Junho 11, 2026

**Editora:**  
Ana Maria Carneiro

**\*Autor correspondente:**  
**Rogério Renato Silva**  
**E-mail:** [rogerio@pacto.site](mailto:rogerio@pacto.site)

A RBAVAL apoia práticas editoriais comprometidas com a diversidade, a equidade e a inclusão na produção científica. Nesse sentido, solicita aos/as autores/as autodeclaração de cor/etnia e outros marcadores sociais relevantes para sua trajetória e representatividade. Nosso objetivo é tornar visível a pluralidade de experiências presentes nos artigos publicados. A publicação destes dados não é obrigatória, sendo divulgados de forma agregada anualmente.





## Introdução

**Rogério Silva:** É uma satisfação receber vocês neste painel de lançamento do novo número da *Revista Brasileira de Avaliação*<sup>1</sup>. Este encontro marca a retomada do projeto editorial da revista, iniciado em julho de 2020. Essa nova fase procura honrar a trajetória construída anteriormente, numa parceria entre a Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação e o Ministério do Desenvolvimento Social, com a contribuição decisiva de Marcia Joppert, Carolina Imura e Paulo Jannuzzi.

Desde sua retomada, a revista lançou chamada para artigos, recebeu manuscritos, realizou processos de avaliação duplo-cega e contou com apoio técnico editorial. A proposta tem sido a de consolidar uma revista de conteúdo aberto, digital, de fluxo contínuo, financiada pela Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação e por seus apoiadores institucionais, com a intenção de publicar dois números por ano, incluindo edições especiais em parceria com diferentes atores da sociedade.

A revista também renovou e ampliou seu conselho editorial, buscando maior pluralidade geográfica, institucional, de gênero e racial. Essa diversidade não é apenas uma característica administrativa, mas parte constitutiva da linha editorial que se deseja fortalecer. A revista pretende dialogar com diferentes setores, instituições e sujeitos do campo da avaliação, contribuindo para um espaço mais plural de produção e circulação de conhecimento.

Essa discussão ganha especial relevância em um contexto no qual a revista e a Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação vêm refletindo sobre práticas de promoção da equidade racial, combate ao racismo e fortalecimento de abordagens avaliativas sensíveis às desigualdades. Essa agenda já estava presente no processo de elaboração das Diretrizes para a Prática de Avaliação no Brasil (Silva et al., 2020) e passou a orientar, de forma mais explícita, a constituição do conselho editorial e a seleção de conteúdos. A entrevista com Florence Etta (Pomeroy & Silva, 2021), a publicação de textos sobre avaliação decolonial e a proposta de um “antimanual” de avaliação de políticas públicas (Boullosa et al., 2021) são exemplos de uma produção que dialoga com esse esforço. Para aprofundar essa reflexão, convidamos quatro integrantes do conselho editorial da revista para este painel. Cada um deles apresenta, a partir de sua trajetória e de seu lugar de atuação, uma perspectiva sobre diversidade, equidade, formação, epistemologia e política editorial no campo da avaliação.

## Diversidade, posicionalidade e reflexividade na avaliação

**Rogério Silva:** Edgilson, gostaria de começar com você. Como pensar a diversidade no campo da avaliação e que implicações isso traz para a prática avaliativa?

**Edgilson Tavares:** Gostaria de iniciar destacando que falar sobre diversidade exige, antes de tudo, praticar o respeito às diversidades. Isso significa incorporar, como princípio, atitudes concretas no cotidiano. Uma dessas práticas é reconhecer que os espaços de debate, ensino, pesquisa e avaliação não podem continuar reproduzindo exclusivamente os corpos e as vozes historicamente instituídos como legítimos. Em muitos campos, inclusive nas universidades e na avaliação, prevalecem lógicas patriarcais, brancas, cisnormativas e heteronormativas. Por isso, tenho defendido que mesas, debates e processos de produção de conhecimento devem contemplar efetivamente a presença e a representatividade de mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência e outros grupos historicamente excluídos.

Mais do que falar de diversidade, é necessário enfrentar os preconceitos que a negam. O Brasil é um país de enorme diversidade cultural, natural, geográfica e biológica, mas essa pluralidade frequentemente é transformada em razão para produzir barreiras. O preconceito afeta de modo mais agudo quem dele é alvo, mas também empobrece quem o pratica, pois reduz nossa capacidade de conviver, refletir, inovar, partilhar e fazer melhor. No campo da avaliação de políticas públicas, programas e projetos, precisamos estar atentos a esse processo, especialmente porque preconceitos e discriminações também atravessam os espaços institucionais que produzem conhecimento avaliativo.

<sup>1</sup> O painel foi realizado em 21 de abril de 2021 e encontra-se disponível em: <https://youtu.be/F1lhweir6E?si=8gZcE5lrkVmHz5om>



A Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação constitui, por si só, um espaço de diversidade institucional, pois agrega universidades, empresas de consultoria, órgãos públicos, organizações da sociedade civil e outros atores. No entanto, mesmo nesses espaços persistem lógicas discriminatórias, como o racismo institucional, o machismo, o capacitismo, o idadismo e outras formas de opressão. Muitas vezes, tais práticas são naturalizadas tanto por quem as sofre quanto por quem as reproduz, consciente ou inconscientemente.

Por isso, falar em avaliação plural e consciente exige reconhecer que todos nós, em algum momento, podemos ocupar posições de vítimas e de reprodutores desses processos. É necessário nos libertarmos dos preconceitos e das amarras epistemológicas e metodológicas que assombam o campo da avaliação. Uma dessas amarras está na oposição rígida entre teóricos e praticantes, acadêmicos e consultores. Essa dicotomia pouco contribui para a consolidação da avaliação como campo de aprendizagens e conhecimentos. As práticas avaliativas precisam estar ancoradas em fundamentos epistemológicos e axiológicos consistentes, assim como o conhecimento avaliativo não pode estar dissociado das práticas concretas.

Vejo a revista como um espaço importante para sistematizar e difundir diferentes formas de conhecimento avaliativo. Mas isso exige perguntar de que práticas, metodologias e conhecimentos estamos falando. Referimo-nos apenas ao conhecimento fundado no mainstream colonizador do campo, historicamente orientado por lógicas estadunidenses e europeias? Ou estamos dispostos a construir um campo mais reflexivo, posicionado e politicamente comprometido? A avaliação não deve ser reduzida a uma busca abstrata por neutralidade. Ela também é um instrumento político, não apenas no sentido de servir à política pública, mas no sentido de incidir sobre processos decisórios, mudanças institucionais e transformações sociais.

Foi nesse horizonte que, juntamente com Rosana Boullosa, Breynner Oliveira e Alcides Gussi, escrevemos o texto "Por um antimanual de avaliação de políticas públicas" (Boullosa et al., 2021). Trata-se de uma provocação que defende a necessidade de avançarmos na construção de um campo baseado na posicionalidade e na reflexividade de avaliadores e avaliadoras. Essa posicionalidade não pode ser entendida como neutralidade privada de viés político, interesses ou preferências. Tampouco pode estar limitada a técnicas que buscam garantir uma aparência de lisura, como desenhos randômicos, métodos experimentais ou quase experimentais e suas variações. Também não se trata de adotar exclusivamente uma lógica gerencialista e funcionalista, na qual o conhecimento avaliativo é visto apenas como instrumental e empírico.

A questão central é saber se os avaliadores devem apenas responder às demandas dos governos e contratantes, dizendo o que estes desejam escutar sob a justificativa de uma suposta neutralidade, ou se devem assumir-se como atores políticos que incidem sobre políticas, programas e projetos. Precisamos perguntar se somos capazes de produzir um conhecimento avaliativo não apenas aplicado, mas implicado.

Quando falo em conhecimento implicado, refiro-me à afirmação de que o campo da avaliação é diverso não somente porque reúne acadêmicos, consultores e profissionais de diferentes formações, mas porque deve se abrir a outras necessidades teóricas, epistemológicas e metodológicas, especialmente aquelas colocadas por diferentes feminismos, incluindo o feminismo negro. A noção de posicionalidade envolve reconhecer o lugar social de produção da fala e da argumentação. Trata-se de compreender que as identidades dos sujeitos do campo avaliativo são múltiplas e atravessadas por sistemas de opressão.

A reflexividade, por sua vez, implica explicitar não apenas os métodos e conhecimentos mobilizados em uma avaliação, mas também os valores defendidos por quem avalia. Para além das técnicas, precisamos perguntar quais valores sustentam nossas práticas avaliativas. Essa pergunta deve atravessar a formação, a pesquisa, a consultoria e a política editorial.

No caso da revista, considero relevante a adoção de práticas como a autodeclaração racial. No entanto, essa iniciativa também nos coloca diante de questões complexas, como colorismo, identidade e racismo estrutural. O racismo estrutural opera, em grande medida, a partir da cor da pele, e é preciso enfrentar esse dado de forma responsável. A autodeclaração deve ser uma possibilidade garantida, nunca uma imposição, mas a política editorial pode avançar em ações afirmativas que contemplem interseccionalmente múltiplas diversidades: raça, gênero, deficiência, sexualidade, pertencimento indígena, quilombola e outros marcadores sociais.



Defendo que periódicos do campo avaliativo possam reservar espaços para autoras e autores com esses marcadores sociais e estimular a formação de avaliadores e avaliadoras negras, indígenas, com deficiência, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e pertencentes a grupos historicamente sub-representados. A pergunta sobre quem formamos para avaliar é central. Também precisamos perguntar a quem abrimos espaço nas consultorias, universidades, redes e periódicos. Concluo defendendo que a diversidade no campo avaliativo deve ser epistemológica, metodológica e axiológica, mas também deve se expressar na composição concreta de seus sujeitos. Precisamos de um campo mais feminino, mais negro, mais indígena, mais quilombola, mais composto por pessoas com deficiência, por pessoas gays, lésbicas, trans e por outras identidades historicamente excluídas. Sem isso, a pluralidade permanece apenas como discurso.

### **Marcadores raciais e avaliação culturalmente responsiva**

**Rogério Silva:** Walquíria, em sua trajetória você tem articulado avaliação, equidade racial e práticas antirracistas. Por que o debate racial é indispensável ao campo avaliativo?

**Walquíria Tibúrcio:** Agradeço o convite e saúdo a iniciativa da revista de demarcar uma orientação antirracista em seu desenvolvimento editorial. Essa é uma escolha importante para o campo da avaliação. Um dos pontos fundamentais, já mencionado por Edilson, é a necessidade de diversificar não apenas as abordagens, mas também o grupo de pessoas que conduz processos avaliativos. Muitas vezes, as metodologias são mais facilmente incorporadas do que a transformação efetiva das equipes e dos lugares de poder. Quando defendemos maior diversidade entre avaliadoras e avaliadores, produzimos incômodos necessários.

Falo a partir de uma perspectiva situada. Sou nascida na cidade de Pindamonhangaba, entre as montanhas da Serra da Mantiqueira no estado de São Paulo/Brasil. Sou mãe de Dandara e Elza. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo. Atuo há 12 anos com facilitação de processos de pesquisa, avaliação, monitoramento, aprendizagem e planejamento de programas e projetos para organizações do campo social, partindo das teorias interseccionais enquanto perspectiva metodológica e/ou analítica. Fui sócia da consultoria Move Social entre 2015 e 2023 onde liderei a imersão da empresa em estudos sobre a equidade racial e sua interface com a avaliação. Sou membro fundadora do Movimento Lente Preta - Avaliação e Equidade Racial, espaço que defende um fazer avaliativo implicado com o enfrentamento das desigualdades, especialmente as raciais. Em 2023 criei a consultoria Quitanda de Histórias a fim de colocar abordagens que tenham a equidade racial no coração de seu fazer. Essa demarcação é importante porque o termo equidade pode ser utilizado de forma genérica e, com isso, perder a força de nomear as desigualdades concretas que estruturam a sociedade brasileira.

Nos últimos meses, tenho participado de um grupo de pesquisadoras e pesquisadores negros com interfaces com o campo da avaliação. Esse grupo se organizou a partir do debate crítico das diretrizes para a qualidade da avaliação e passou a constituir um movimento chamado Lente Preta — Avaliação e Equidade Racial (Santos et al., 2022). Essa experiência tem sido importante para amadurecer questões sobre o lugar da raça nas práticas avaliativas.

A primeira pergunta que considero essencial é: por que o debate racial importa quando falamos de avaliação? Embora algumas pessoas respondam que essa importância é evidente, são poucos os processos avaliativos que incorporam essa discussão de maneira aprofundada. Avaliar é julgar o mérito de iniciativas que estão imersas em realidades sociais e, ao mesmo tempo, respondem a essas realidades. No Brasil, essas realidades são profundamente informadas pela racialidade. Se consideramos a necropolítica, o genocídio da população negra e as formas reiteradas de violência a que essa população é submetida, além da incontestável contribuição política, social e econômica da população negra para o país, não é possível imaginar uma realidade social brasileira que não seja estruturada pela raça.

Adotar uma lente racial na avaliação é frequentemente visto como posicionamento político. De fato, há uma dimensão política nessa escolha, mas ela também é uma exigência técnica. Não se trata apenas de uma opinião ou de uma filiação ideológica. A racialidade informa a experiência dos sujeitos e, portanto, precisa ser considerada nos desenhos avaliativos, nas perguntas, nos indicadores, nos instrumentos de coleta, nas análises e na interpretação dos resultados.



É comum que organizações argumentem que considerar marcadores raciais segmentaria o público, quando a intenção seria trabalhar com todos. Essa reação revela a crença de que a igualdade se produz ao não reconhecer diferenças. No entanto, ao desconsiderar os lugares sociais ocupados pelas pessoas, também desconsideramos que suas experiências são distintas. No caso da população negra, essas experiências são diretamente informadas pelo corpo e pela pele. Ser negro ou negra no Brasil passa pelo corpo, pela forma como esse corpo é lido socialmente e pelas violências a que ele está exposto.

Quando falamos de equidade, precisamos falar de diferença. Corpos negros são submetidos a experiências diferentes, mesmo quando participam de uma mesma intervenção. Assim, se a questão racial estrutura a vida social e informa a experiência dos indivíduos, adotar essa lente nos processos de avaliação não deveria ser uma escolha acessória, mas uma decisão técnica fundamental.

Essa lente se expressa nas abordagens, metodologias, epistemologias e valores que orientam a avaliação, mas também nas pessoas que conduzem os processos. Por isso, além de discutir marcadores raciais nas análises, é preciso discutir quem compõe as equipes avaliativas e com que valores essas pessoas se aproximam do campo.

Nesse sentido, uma abordagem importante é a avaliação culturalmente responsiva. Ela propõe que a avaliação esteja em sintonia não apenas com os resultados do programa, mas também com o contexto cultural no qual o programa está inserido. Esse contexto inclui as experiências das equipes das organizações que implementam as iniciativas, dos públicos envolvidos e das próprias equipes avaliativas. Devemos perguntar: que valores informam avaliadoras e avaliadores quando vão a campo coletar dados e produzir afirmações? Com que lentes essas pessoas leem as realidades que encontram?

A avaliação culturalmente responsiva destaca a centralidade da questão racial tanto no processo analítico quanto na composição das equipes. Há estudos sobre sua implementação que apontam duas constatações relevantes: há poucos negros e negras atuando como avaliadores e avaliadoras; e muitos relatórios de avaliação permanecem apolíticos, carecendo de compreensão sobre a supremacia branca ou, no nosso contexto, sobre a branquitude, mesmo quando abordam disparidades raciais em áreas como saúde e educação.

Meu ponto central é a defesa da diversidade no campo da avaliação. Considerar marcadores raciais é o ponto de partida. Embora existam bons exemplos de avaliações que incorporam essa dimensão, no geral ainda a desconsideramos. Precisamos avançar para além da inclusão de marcadores e enfrentar a ausência de diversidade racial nas equipes, nos espaços de decisão e nos referenciais que orientam o campo. Concordo que devemos olhar para múltiplas diversidades, mas é importante reconhecer que, muitas vezes, quando se fala genericamente em diversidade, a dimensão racial é a última a ser enfrentada. Ela incomoda justamente porque está inscrita no corpo e desafia os espaços de poder. Por isso, centro minha fala na equidade racial no campo da avaliação.

### **Formação em avaliação e compromisso com a equidade**

**Rogério Silva:** Márcia, sua intervenção se concentra no ensino de avaliação e na formação de avaliadores. Como a equidade deve aparecer nesse processo formativo?

**Marcia Braz:** Agradeço o convite para participar deste painel e expresso minha satisfação em compor o conselho editorial da *Revista Brasileira de Avaliação*. A revista tem uma importância particular em minha trajetória profissional. Em sua fase anterior, foi uma publicação que contribuiu para me orientar em direção ao campo da avaliação. Se ela desempenhou esse papel para mim, certamente poderá desempenhá-lo para outras pessoas que buscam referências e caminhos de formação.

Este encontro é significativo tanto para o campo da avaliação quanto para o debate racial nesse contexto. O sentimento que define este momento pode ser apresentado com leveza, mas também envolve certa dureza, pois implica romper com práticas sociais construídas ao longo da história e reconhecer seus significados e efeitos. No entanto, romper barreiras não é suficiente. É preciso também sustentar aquilo que se constrói a partir desse rompimento. Romper e sustentar são movimentos complementares.





Para que isso ocorra, precisamos pensar em estratégias. Muitas vezes imaginamos que a avaliação pode transformar contextos amplos e dar conta de múltiplas dimensões da realidade. Contudo, é fundamental reconhecer a importância das microações, das mudanças incorporadas ao cotidiano e dos elementos contraditórios que podem ser introduzidos nas práticas institucionais. O que fazemos aqui é parte desse movimento: romper, criar sustentação e produzir elementos de transformação.

Minha trajetória como servidora pública técnica em assuntos educacionais na UFRJ, aliada à atuação em ações de extensão, à pesquisa em avaliação de ações humanitárias, à integração em um grupo de pesquisa sobre avaliação antirracista e à docência no curso superior de tecnologia em Gestão da Avaliação, tem fundamentado minhas reflexões sobre a formação de avaliadores e avaliadoras. Esse percurso, que também demarcaram meu mestrado e agora meu doutorado em Educação em Ciências da Saúde, e que me voltou a formar gestores para trabalhar com monitoramento e avaliação de programas, projetos e políticas, é o lugar de onde trago algumas questões sobre ensino, avaliação e equidade

A primeira delas é: qual é o compromisso do formador com a formação de profissionais comprometidos com a equidade? Costumamos falar da responsabilidade do avaliador em determinado contexto, mas precisamos nomear esse contexto. Não basta mencionar genericamente o “cenário atual”. É necessário explicitar se estamos falando de equidade, de equidade racial, de avaliação antirracista ou de outras dimensões. Não há mais tempo para deixar implícito aquilo que precisa ser dito com clareza.

Também precisamos perguntar qual identidade profissional desejamos formar. Que perfil de avaliador ou avaliadora queremos para atuar no mundo do trabalho? Qual perspectiva de atuação assumimos como formadores para contribuir com esse cenário? Essas perguntas exigem escolhas conceituais, políticas e pedagógicas. Não se trata apenas de trocar terminologias, mas de transformar concepções. Quando discutimos abordagens, usos e objetivos da avaliação, precisamos ser diretos sobre a que e a quem a avaliação serve.

Outra questão importante é compreender quais contribuições a política editorial da revista pode oferecer à formação desses profissionais. A revista pode colaborar com a mobilização e a articulação de questões que ampliem a compreensão crítica da realidade, oferecendo subsídios para uma atuação mais responsiva. Por isso, pensar ensino, avaliação e equidade no contexto do lançamento da revista é também perguntar como a publicação pode contribuir para formar avaliadores mais atentos às desigualdades e às responsabilidades sociais do campo.

Vivemos em uma época em que muitos de nós ocupamos a posição de produtores de conhecimento e de conteúdo. No entanto, essa condição é complexa, porque nem todas as pessoas têm acesso a essa possibilidade. Algumas ocupam o lugar de produtoras de conteúdo, enquanto outras permanecem fora dele. Assim, devemos nos perguntar de que modo aqueles que produzem conhecimento podem contribuir para que outras pessoas também alcancem essa posição.

Como formadores, também precisamos refletir sobre os discursos que ajudamos a propagar. Que representações de grupos menos privilegiados estamos produzindo, reproduzindo ou deixando de questionar? Que engrenagens de poder acionamos em sala de aula, nas orientações, nos currículos e nos processos de formação? De quais premissas partimos? Com que perspectiva trabalhamos com nossos estudantes?

É importante lembrar que o estudante em formação não é apenas alguém que “virá a ser” avaliador no futuro. Ele já está em processo de formação e de constituição profissional. O processo formativo é um “ser sendo”. Não se trata de preparar alguém que futuramente exercerá cidadania ou atuará de forma democrática e inclusiva; trata-se de construir essas dimensões no próprio processo de formação.

O compromisso com a formação de avaliadores vai além da instrumentalização técnica em ferramentas e métodos. Isso não significa desconsiderar a importância das técnicas, mas trazer para o centro da discussão, ao lado das abordagens, metodologias e ferramentas, o espírito da coletividade e o princípio da equidade. O campo do avaliador e da avaliadora se amplia quando deslocamos a equidade para o centro da formação. Ele ganha outra dimensão.



A revista pode contribuir de forma relevante para esse processo ao funcionar como espaço de reflexão sobre mudanças de culturas e práticas. Caminharemos em direção à equidade apenas quando as instituições que trabalham para a mudança social incorporarem de fato esse princípio em todas as suas atividades e processos, considerando marcadores sociais como raça, gênero e classe. Esse é o desafio que a formação em avaliação precisa assumir.

### **Epistemologia, colonialidade e diversidade de saberes**

**Rogério Silva:** Cassio, sua fala propõe uma reflexão epistemológica. Como a questão da diversidade se conecta à produção e validação do conhecimento no campo da avaliação?

**Cássio França:** Agradeço o convite e a oportunidade de participar deste diálogo. Minha fala tem menos a intenção de apresentar certezas e mais o desejo de provocar reflexões. Venho da ciência política e da administração pública (sou cientista político pela Unicamp, mestre e doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas, com pós-doutorado na London School of Economics and Political Science), e não da filosofia, mas gostaria de tratar da epistemologia porque ela é central para o debate sobre diversidade no campo da avaliação. Cabe destacar que sou atualmente secretário-geral no Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), desde novembro de 2021.

Uma definição que considero útil é a apresentada por Grada Kilomba, ao destacar que a epistemologia envolve três dimensões: temas, paradigmas e métodos. Os temas dizem respeito ao que merece atenção e às questões consideradas dignas de serem formuladas para produzir conhecimento verdadeiro. Os paradigmas dizem respeito às narrativas e interpretações que podem ser utilizadas para explicar um fenômeno e às perspectivas a partir das quais o conhecimento verdadeiro pode ser produzido. Os métodos referem-se às formas e formatos considerados legítimos para produzir conhecimento confiável.

Portanto, quando falamos em produção de conhecimento, não estamos tratando de algo menor. Estamos falando de escolhas sobre o que deve ser conhecido, a partir de quais interpretações e por quais procedimentos. Essas escolhas podem servir à ampliação do saber, mas também podem operar como mecanismos de exclusão.

No campo da avaliação, ainda que exista hoje maior pluralidade de abordagens e perspectivas, as práticas avaliativas permanecem, em grande medida, ancoradas em um discurso dominante da epistemologia da modernidade europeia. Essa dominância não se expressa apenas nas referências teóricas, mas também nos temas legitimados, nos métodos reconhecidos e nas vozes autorizadas a produzir conhecimento.

Para ilustrar esse ponto, podemos observar o Prêmio Nobel como uma alegoria da validação internacional do conhecimento. Entre centenas de personalidades laureadas, uma proporção muito expressiva pertence a um pequeno grupo de países do Norte global, como Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França e Suécia. Quando ampliamos para os dez países mais laureados, a concentração torna-se ainda mais evidente. Essa distribuição não é neutra. Ela reforça temas, paradigmas e métodos, atribui autoridade a determinados centros de produção científica e amplia a capacidade desses centros de definir o que conta como conhecimento legítimo.

Esse é o tipo de armadilha em que o campo da avaliação e o mundo acadêmico podem cair: validar como relevante apenas o conhecimento produzido em determinados lugares, por determinados sujeitos e a partir de determinadas tradições. No campo das humanidades e das ciências sociais, essa tendência também se manifesta. Mesmo quando instituições do Norte reconhecem a necessidade de incorporar bibliografia do Sul global, frequentemente essa constatação não se traduz em mudanças efetivas.

Assim, a lógica colonial permanece ativa. Pesquisadores e avaliadores precisam reconhecer esse problema para não reproduzir a mesma estrutura de exclusão. No campo da avaliação, devemos perguntar quais são nossas principais referências, que autores e autoras utilizamos, que experiências valorizamos e até que ponto reproduzimos um mimetismo em relação ao Norte global. Muitas vezes, olhamos para o que se faz no Norte como modelo a ser seguido, sem construir com a mesma força nossos próprios referenciais.



Conceitos como epistemicídio, racismo epistêmico e colonialismo epistemológico ajudam a compreender a destruição ou desvalorização de conhecimentos, saberes e culturas não assimilados pela cultura branca ocidental. Trata-se de um subproduto do colonialismo que segue presente. Há muitas pessoas lutando contra isso, mas o problema não se limita a atitudes individuais. Ele diz respeito a uma tendência estrutural de organização do conhecimento.

Nesse contexto, é fundamental que a revista adote uma política editorial de outra ordem. Políticas afirmativas são necessárias, mas a questão vai além da inclusão de determinados grupos. A luta central é também sobre o saber: a quem damos voz, quais conhecimentos reconhecemos e que referências epistemológicas sustentam nossa produção.

Sueli Carneiro (2023) oferece uma contribuição indispensável para esse debate ao tratar do epistemicídio como negação às pessoas negras da condição de sujeitos de conhecimento. Essa negação ocorre por meio da desvalorização, ocultamento ou apagamento das contribuições do continente africano e da diáspora negra. Mesmo quando pessoas negras são reconhecidas como fontes primárias de informação, nem sempre são tratadas como autoridades de fala ou portadoras de saber.

Essa distinção é decisiva para a avaliação. Não basta ouvir sujeitos e comunidades como fontes de dados. É preciso reconhecer sua autoridade epistêmica. O Norte global frequentemente exclui a produção do Sul, mas nós, no Sul, também podemos excluir produções que não correspondem à branquitude. Por vezes, lutamos para que o Norte nos escute, enquanto deixamos de construir formas próprias de valorização de saberes tradicionais, populares, negros, indígenas e plurais.

Por isso, considero necessário um giro decolonial. A revista parece avançar nesse caminho ao colocar o tema na agenda e nos provocar a repensar as referências epistemológicas que utilizamos para produzir saber. Esse movimento exige reconhecer a presença do colonialismo nas instituições e assumir políticas explícitas de enfrentamento. O campo da avaliação precisa ampliar seus referenciais, suas vozes e seus critérios de validação do conhecimento. Só assim será possível construir uma avaliação verdadeiramente plural, diversa e comprometida com a transformação social.

## Considerações finais

**Rogério Silva:** As quatro intervenções evidenciam que a construção de um campo avaliativo mais diverso exige mudanças simultâneas em diferentes dimensões. Edgilson Tavares destaca a necessidade de posicionalidade, reflexividade e ações afirmativas que transformem concretamente a composição do campo. Walquíria Tibúrcio afirma que a equidade racial deve ser entendida não apenas como posicionamento político, mas como exigência técnica da avaliação em uma sociedade estruturada pelo racismo. Marcia Braz enfatiza o papel da formação e da política editorial na construção de avaliadores capazes de incorporar a equidade como princípio de atuação. Cássio França complementa o debate ao mostrar que a diversidade também diz respeito à epistemologia, isto é, aos temas, paradigmas, métodos e sujeitos reconhecidos como legítimos na produção de conhecimento.

Em conjunto, as falas indicam que a revista pode desempenhar um papel estratégico na consolidação de um campo de avaliação mais plural. Para isso, deve promover a diversidade de autorias, de referências, de metodologias, de experiências e de lugares de fala; estimular debates sobre raça, gênero, classe, deficiência, territorialidade e outros marcadores sociais; e contribuir para o enfrentamento das formas de epistemicídio e exclusão que ainda estruturam o campo. O desafio é transformar a diversidade em princípio editorial, político, metodológico e formativo.

## Fonte de financiamento

Não há.

## Conflito de interesse

Não há.





## Agradecimentos

A Edgilson Tavares, Walquíria Tibúrcio, Marcia Braz e Cássio França, que participaram generosamente deste painel, além de realizarem a revisão deste texto e concordarem com sua publicação. A Ana Maria Carneiro, editora-chefe desta Revista, pelo estímulo à publicação deste artigo.

## Declaração de usos de IA e/ou tecnologias assistidas por IA

Utilizamos o Amberscript, para transcrever o arquivo de vídeo em que o painel havia sido gravado no Zoom. Depois passamos à edição direta, inclusive por parte dos entrevistados. Utilizamos IA ChatGPT 5.5, na versão thinking, para gerar a primeira versão do resumo e sua tradução em inglês; ambas foram revisadas pelo autor.

## Referências

- Boullosa, Rosana de Freitas, Oliveira, Breyner Ricardo de, Araújo, Edgilson Tavares de, & Gussi, Alcides Fernando. (2021). Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Avaliação*, 10(1), e100521. <https://doi.org/10.4322/rbaval202110005>
- Carneiro, Sueli. (2023). Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pomeroy, Melissa, & Silva, Rogério Renato. (2021). Entrevista com a nigeriana Florence Etta: “Avaliação é uma necessidade humana, uma religião com r minúsculo e um exercício técnico”. *Revista Brasileira de Avaliação*, 10(1), e101021. <https://doi.org/10.4322/rbaval202110010>
- Santos, Diana Mendes dos, Valadares, Kleber, Braz, Marcia Malaquias, Oliveira, Nilson Vieira, & Tiburcio, Walquíria. (2022). Lente preta – avaliação e equidade racial: Manifesto por uma avaliação antirracista. *Revista Brasileira de Avaliação*, 11(1), e110222. <https://doi.org/10.4322/rbaval202211002>
- Silva, Rogério Renato, Joppert, Márcia Paterno, & Gasparini, Max Felipe Vianna (Orgs.) (2020). Diretrizes para a prática de avaliação no Brasil (1. ed.). Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação.